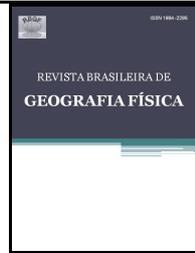




Revista Brasileira de Geografia Física

Homepage: www.ufpe.br/rbgfe



O Ambiente Urbano Numa Perspectiva Interdisciplinar: Discussão de Conceitos que Tratam das Inter-Relações Sociedade-Natureza, a partir da Geografia do Recife

Cláudio Jorge Moura de Castilho¹

¹Professor adjunto do Departamento de Ciências Geográficas, da Universidade Federal de Pernambuco.

Artigo recebido em 16/11/2010 e aceito em 17/02/2011

RESUMO

Este ensaio trata do ambiente urbano numa perspectiva interdisciplinar, com base na discussão de conceitos que procuraram explicar as inter-relações entre sociedade e natureza a partir da geografia do Recife. Primeiro, rerepresentamos a importância das inter-relações sociedade-natureza no conceito de ambiente urbano. Segundo, discutimos, mais especificamente, os conceitos de sítio e situação geográficos. Terceiro, consideramos os conceitos de higienismo, ecologia urbana e desenvolvimento sustentável. Por último, tecemos algumas considerações finais sobre o tema ora abordado.

Palavras-chave: Ambiente Urbano, Inter-Relações Sociedade-Natureza, Sítio Urbano, Situação Geográfica, Ecologia Urbana, Desenvolvimento Sustentável, Recife.

The Urban Environment an Interdisciplinary Perspective: Discussion of Concepts that Treat the Inter-Nature Relations, in the Geography of Recife

ABSTRACT

This essay reflects upon the urban environment under an interdisciplinarity vision, based on the discussion about concepts created in order to explain inter-relationships between society and nature, from a geography of Recife. Firstly, we introduce again the importance of relationships between society and nature under the concept in urban environment. Secondly, we discuss specially concepts of urban site and geography situation. Third, we consider concepts in higienism, urban ecology and sustainable development. To conclude we consider some final points about the subject of this text.

Key words: Urban Environmental, Inter-Relationships Society-Nature, Urban Site, Geographical Situation, Urban Ecology, Sustainable Development, Recife.

1. Introdução

Este escrito constitui um ensaio, que possui como objetivo principal discutir alguns conceitos – sítio urbano, situação geográfica, higienismo, ecologia urbana e desenvolvimento sustentável – utilizados nos

estudos sobre ambiente urbano, numa perspectiva interdisciplinar, destacando as inter-relações sociedade-natureza a partir da geografia do Recife. Discussão que, não somente procurou atualizá-los, como, ao mesmo tempo, recolocar a pertinência de cada um, visando abarcar a complexidade da

* E-mail para correspondência: cjmc@ufpe.br (Castilho, Dr. C. J. M.).

realidade do processo de construção do ambiente urbano.

No sentido acima colocado, estruturamos o presente texto de maneira a abordar, em primeiro lugar, a importância das inter-relações entre sociedade e natureza no âmbito da conceituação do ambiente urbano, na perspectiva inter-disciplinar de abordagem (primeira seção). Em seguida, tratamos especificamente das categorias analíticas sítio urbano e situação geográfica, cuja conceituação já é clássica na geografia (segunda seção). Dando continuidade ao propósito deste texto, abordamos, também, os conceitos de higienismo, ecologia urbana e desenvolvimento sustentável, os quais, apesar de terem sido utilizados por outros pesquisadores vinculados a outros campos do conhecimento científico, só vieram a ser utilizados na geografia a partir de fins dos anos 70 do século XX (terceira seção). E, por último, tecemos algumas considerações finais, a partir da discussão realizada no curso do texto.

O propósito principal desta reflexão teórica foi o de buscar aproximações possíveis entre geografia física e geografia humana, com base em categorias analíticas e conceitos pelos quais, segundo nossa visão, os pesquisadores transitaram e ainda podem transitar, facilmente, entre os dois sub-campos do conhecimento geográfico. Desse modo, se conseguirmos, pelo menos, despertar o interesse pela questão em epígrafe, já nos daremos por satisfeitos.

Do ponto de vista do método da construção deste texto, utilizamo-nos, sobretudo, da hermenêutica, recurso teórico-metodológico que consiste na interpretação de textos sobre o tema ora abordado, buscando entender, ao mesmo tempo, o que se acha escondido nas suas entrelinhas. Ao mesmo tempo, considerando o quadro socioespacial de referências – cultural, simbólico e ideológico, sob o qual as pesquisas são realizadas.

1.1 Relevância das inter-relações sociedade-natureza na conceituação de ambiente urbano: uma perspectiva interdisciplinar

As inter-relações sociedade-natureza sempre fizeram parte dos estudos sobre o ambiente urbano. No período da “Geografia Tradicional”, era através das categorias de sítio e situação geográficas da cidade, que se analisava a construção do ambiente urbano, buscando uma explicação racional para o processo de organização socioespacial dos homens. Isso porque as referidas relações constituíam, ao mesmo tempo, objeto e fundamento teórico-metodológico essencial da Geografia.

Sob tais fundamentos, criaram-se tensões e debates significativos entre os geógrafos que defendiam os fatores naturais como primordiais no processo de organização do espaço urbano, delineando assim o que se chamou de *determinismo ambiental*; e os que, ao contrário, defendiam os fatores humanos como fundamentais ao referido processo,

tendendo a definir o que se denominou de *possibilismo*. Muito embora, na verdade, ambos os fatores são relevantes, não se separando um do outro. Sob esta perspectiva de abordagem, procurava-se estudar os diferentes tipos de *gênero de vida*¹ que, calcados em condições ambientais inerentes a cada lugar, produziam paisagens diversificadas. Foi, na verdade, o historiador francês, L. Febvre (1949) quem introduziu esta discussão na nossa disciplina; promovendo um debate que foi superado quando os geógrafos, inclusive aqueles auto-intitulados de físicos, passaram a deixar explícito, simultaneamente, o papel da natureza e do homem como “agentes”

organizadores, em conjunto, do espaço e, por sua vez, construtores do ambiente urbano.

Mas, valendo a pena reiterar, será que os geógrafos efetivamente separavam, nos seus estudos, o homem do seu ambiente, privilegiando ora os elementos físicos, ora os humanos, como fator da construção do seu espaço de vida e ação? Com efeito, nem é só o homem, nem só o meio natural, mas as inter-relações homem-meio que constituíam a preocupação fundamental da Geografia naquele período. Sobre tal relação, convém recordar o que G. O. de Andrade (1986, p.100-101), fundamentando-se em idéias do geógrafo francês M. Sorre, escreveu:

Enleado numa trama de tantas interações, não pode ser o homem geograficamente ignorado como um ser vivente que reage às excitações recebidas do meio natural, de sorte que a avaliação fundamental de tais condicionamentos constitui uma ecologia natural específica do homem. [...]

A problemática ecológico-geográfica, portanto, envolve questões interdisciplinares numerosas [ciências biológicas + ciências sociais], como o conceito biogeográfico e ecológico do meio, dum meio ‘exterior’; ou como a consideração das comunidades bióticas em que o homem se insere, ou que ele próprio engendra [...]

Mais adiante dizia-nos, ainda, G. O. de Andrade (Ibidem, p.108) que já era tempo dos geógrafos começarem a situar o homem dentro do quadro conceitual da biogeografia

ou da sua ecologia natural, procurando perspectivas de abordagem efetivamente interdisciplinares. Nesta mesma perspectiva, Sorre também definia o meio como:

[...] um conjunto, mas devendo defini-lo com relação às exigências do grupo humano, às suas normas de existência, sem as quais nada teria mais sentido. E, por outro lado, o grupo, ele mesmo, com sua estrutura não se concebe fora de um meio de características determinadas. (tradução livre do autor do presente artigo) (1957, p.117)

¹ O conceito de gênero de vida refere-se “[...] ao conjunto das técnicas e dos instrumentos que os homens utilizam para transformar o meio onde vivem, explorando-o e conformando-o às suas necessidades: Vidal de la Blache mostrou como o conjunto de artefatos acumulados [...] ajuda a compreender as relações dos homens com o seu meio ambiente. [...] A noção de gênero de vida permite uma apreensão sintética das técnicas, dos instrumentos ou das maneiras de habitar das diferentes civilizações [...] e enfatiza como se entrelaçam hábitos, maneiras de fazer e paisagens. Vidal de la Blache queria explicar os lugares e não se debruçar sobre os homens [...], mas a análise dos gêneros de vida mostra como a elaboração das paisagens espelha a organização social do trabalho.” (CLAVAL, Paul. *La géographie culturelle*. Paris, Nathan-Université, 1995, p.22-23-24)

Nesse mesmo sentido, buscando também trabalhar a interdisciplinaridade entre Sociologia e Geografia, R. C. Lins,

fundamentada em P. George, argumentou que:

[...] a menção de que um dos principais temas de convergência da Geografia Humana e da Sociologia – embora num terreno singularmente movediço – é o de que o fator fisiográfico pode aparecer em certos casos como elemento dominante e específico da combinação espacial duplamente qualificada em função de estudos, ao mesmo tempo, das ciências da natureza e das formas de organização econômicas e sociais sucessivamente implantadas [...] (1986, p.149)

Concretamente, ela (Ibidem) havia examinado, por exemplo, a questão das águas dos rios do açúcar, em função da sua ligação/relação com a vida das pessoas que habitavam as suas margens, definindo a sua qualidade de vida; o que se dava em decorrência da sua utilização como água de beber, para limpeza doméstica, lavagem de roupas, vias de transporte e comunicação, fonte de energia etc., evidenciando, portanto, uma perspectiva de aproximação entre o homem ² e o seu meio ambiente, tal como reza uma verdadeira Geografia, até mesmo quando se estuda a cidade, constituindo esta, incontestavelmente, um ambiente humano.

Mas como em todo trabalho científico, não faltaram categorias de análise e conceitos mediante os quais se desenvolviam estudos sobre o ambiente urbano, na perspectiva de se refletir acerca das relações interdisciplinares homem-meio, buscando explicar o caráter fundamental da cidade construída. O *sítio* e a *situação* geográficos da cidade constituíram, pois, duas categorias clássicas da pesquisa em Geografia Urbana, mediante as quais se

tentava analisar e explicar o espaço – enquanto ambiente urbano – a partir das inter-relações entre os homens e as condições físico-naturais que eles encontravam no processo de construção e de reflexão sobre o seu ambiente vivido. Tais relações remetem-nos à reflexão sobre a necessidade da articulação da Geografia Humana com a Geografia Física, mediante a qual se conseguia, efetivamente, não somente resgatar a identidade da Geografia, como, ao mesmo tempo, aproximar-se da complexidade humana.

Muitos estudos de geografia, a exemplo das monografias urbanas e regionais, geralmente, traziam um primeiro capítulo sobre a evolução do lugar estudado; história que se iniciava com a descrição do modo como o homem construía o seu espaço, usando os conceitos de *sítio* e *situação*. Especificamente, sobre o *sítio* e a *situação* geográficos das cidades, faz-se pertinente argumentar, com George (1983, p.36) para quem, desde o início do século XX, a:

² O termo homem é utilizado, aqui, de maneira genérica, incluindo, assim, homens e mulheres. Optamos por esta forma de uso lingüístico com a finalidade de não sobrecarregar a redação do texto.

[...] descrição do meio natural ocupa um lugar de destaque no estudo das cidades. [...] Mas não se deve procurar relações simples de causa e efeito entre fatos físicos e humanos. É muito fácil mostrar que, em condições homólogas, duas cidades tiveram destinos diferentes [...]; todavia, é certo que determinadas condições naturais possibilitaram utilizações cuja influência sobre o desenvolvimento urbano varia conforme a época e as técnicas do momento. [...] As relações geográficas entre a cidade e seu meio natural são definidas em duas escalas diferentes: a regional [posição ou situação da cidade frente a outros conjuntos espaciais] e a local [sítio].

Embora as duas categorias de análise das inter-relações sociedade-natureza na cidade não tenham sido, muitas vezes, consideradas, segundo George, nos seus respectivos papéis de estimuladoras da irradiação da cidade, segundo a sua área de influência, e da ocupação do espaço urbano, estreitamente vinculadas à dinâmica social; não podemos deixar de admitir que elas têm exercido influências no desenvolvimento urbano, principalmente com a consolidação do processo de globalização pelo qual se constrói o *meio técnico-científico-informacional*, exemplo mais atual do que é hoje o meio ambiente social. Desse modo, também convém ressaltar o interesse pela ampliação da prática da interdisciplinaridade nos estudos do ambiente urbano, procurando considerar as dimensões culturais, técnicas e históricas.

No Brasil, as preocupações com o sítio e a situação geográficos – ao lado da preocupação com a evolução histórica, a fisionomia e estrutura, as funções urbanas, e o raio de ação da cidade – fizeram parte da estrutura de organização das chamadas *monografias urbanas* cuja metodologia tinha sido sugerida por P. Mombeig num

importante artigo datado de 1941, o qual influenciou os geógrafos durante a hegemonia da escola francesa de Geografia; isto até meados dos anos 1960, quando ocorria o avanço da “Geografia Quantitativa” (Abreu, 1994).

Como todo campo do conhecimento científico, a Geografia também passa, vez por outra, pelos seus períodos epistemológicos mediante os quais ela revê e (re)contextualiza seus conceitos, métodos e teorias, além de apontar outros direcionamentos norteadores da pesquisa e do pensamento científicos³; isto considerando a dinâmica do próprio processo de produção do espaço. Como o esquema tradicional da Geografia não conseguia mais dar conta da realidade contemporânea, sobretudo a partir dos anos 1950 quando do início do processo de intensificação das inter-relações entre os lugares, sentiu-se necessidade de rever e reconfigurar os conceitos mediante os quais se analisava o ambiente urbano. Assim sendo, o sítio e a situação geográficos não poderiam mais permanecer como categorias primordiais à explicação do papel da construção do espaço/ambiente urbano. A sociedade estava passando por transformações pelas quais

³ Existem muitas reflexões que tratam da epistemologia do conhecimento científico, dentre as quais citamos as seguintes: KHUN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2000 (primeira publicação em 1962); MORIN, Edgard. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. (primeira publicação em 1982) e SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

ficava mais evidente analisar o papel mais ativo dos homens, desta vez, em sociedade e a partir das suas organizações sociais de vida, embasadas no seu ambiente. Este passando a ser considerado não mais apenas como

suporte e meio de vida, mas também como condição à sua própria existência, fazendo parte de uma complexidade mais ampla. Em 1957, Sorre (op. cit., p.35) já nos alertava para o fato de que:

A simples análise *in situ* não basta para explicar a combinação de traços característicos de cada lugar. A combinação é local; mas cada um de seus traços se reencontra alhures. O geógrafo acha-se, portanto, diante dos aspectos [...] de repartição espacial que sua vocação o chama a considerar. Ele não se liga mais a imagens individualizadas, mas a fatos gerais: ele constitui uma geografia geral que se consagra à descrição do Cosmo [...]. Há, portanto, três aspectos da geografia geral: físico, biológico e humano.

Com o aprofundamento da idéia do espaço como uma dimensão importante da e para a sociedade, passou-se a compreender, mais claramente, as inter-relações dos homens com o seu espaço não apenas a partir da perspectiva positivista homem-meio, mas da perspectiva dialética sociedade-natureza. Nesta perspectiva, a *Primeira Natureza* – a natureza pura? – era cada vez mais subordinada pela *Segunda Natureza* – a primeira natureza já transformada pela sociedade – reforçando o papel do espaço como uma *inércia dinâmica*. O aprofundamento da idéia do domínio da segunda natureza sobre a primeira tem estimulado transformações sociais, mormente a partir da crise dos anos 1970. Essas transformações contribuíram para a consolidação de outras categorias de análise das inter-relações sociedade-natureza no processo de construção do ambiente urbano,

dentre as quais se destacaram duas: a *ecologia urbana* dos anos 1980 e a *cidade sustentável* do período pós-Eco 92 (LA DOCUMENTATION FRANÇAISE, 1999).

Essa nova dinâmica tem sido levada em conta no processo de construção e reflexão sobre as relações que constroem o ambiente urbano. Afinal de contas, hoje em dia, muitas vezes, o homem não atua mais diretamente no espaço físico-natural, mas sobre os objetos (artificiais) fixados por ele mesmo ao longo da sua história de existência, mediante o seu próprio trabalho, nos seus espaços de vida, trabalho, lazer etc. Trabalho que pode ser ao mesmo tempo produtivo, organizacional, ideológico etc. Com isso nota-se a ampliação do conceito de ambiente, o qual não se modifica e não se explica apenas pela sua dimensão físico-natural. Esta ampliação, como nos fala Davidovich (1993, P.17), remete-nos:

[...] à questão do progressivo agravamento da questão urbana no período contemporâneo e às perspectivas que prevêm para o ano 2000, a presença de 23 megalópoles congregando a maior parte da população do planeta. A reabilitação da metrópole, que foi sobremaneira afetada pelas crises e pela recessão, representa um desafio que, atualmente, estaria colocando em causa a sua recuperação enquanto ambiente construído.

Vale ressaltar desde logo que as políticas urbanas de caráter sustentável devem tratar da *eco-gestão* nos seus diversos níveis, isto é, nos dos dejetos, da mobilidade, da morfologia, do governo urbano e da distribuição (acesso aos bens e serviços) na totalidade concreta dos ambientes urbanos. Isto porque a crise urbana não é somente uma crise ecológica, mas, sobretudo, uma crise econômico-social que atinge toda a sociedade, inclusive, os grupos sociais mais favorecidos das sociedades urbanas. Ademais, quando reduzida apenas à dimensão físico-natural da sociedade, a preocupação com o meio ambiente é considerada como um luxo em relação àquela que se refere ao

socioeconômico e isso, mormente, em cidades de regiões cuja dinâmica acha-se norteadas pela lógica do desenvolvimento desigual. Nestas, segundo Davidovich, o problema da pobreza urbana impõe uma questão ambiental, em função das proporções que têm alcançado nos últimos tempos.

Desse modo a problemática ambiental reafirma-se nos nossos dias como uma problemática inerente à dinâmica socioespacial dos ambientes urbanos na sua complexidade, remetendo-nos à perspectiva de pensar um modelo alternativo de desenvolvimento humano. E isto à medida que:

[...] a crise ambiental deriva de um modelo de desenvolvimento desigual para as sociedades humanas e agressor para os sistemas naturais, fato que reafirma a necessidade de abordagens dos desafios de natureza social e ecológica à luz da Ecopolítica. (Ajara, 1993, p.10-11)

Isso, promovendo, segundo ainda o mesmo autor, uma discussão acerca do desenvolvimento sustentado não somente pela dimensão do crescimento econômico, mas ao mesmo tempo, do desenvolvimento

sustentável. Faz-se ainda mister definir o conceito de meio ambiente urbano aqui utilizado, o qual, para nós geógrafos, concordando com Corrêa (1993, p.25-26), abrange:

[...] o conjunto de três aspectos interligados. Em primeiro lugar é o resultado material da ação humana tratando-se da [...] natureza transformada pelo trabalho social. A materialidade social assim criada constitui, de um lado, um reflexo dos conflitos sociais e, de outro, é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, que gera novas tecnologias, novos meios de produção de ambientes. [...] Mas o meio ambiente não é constituído apenas pelos objetos materiais fixos. Engloba também os diferentes fluxos de diversas naturezas. [...] Em terceiro lugar, [...] o homem, mas um homem qualificado pelas suas relações sociais, sua cultura, seu ideário, mitos, símbolos, utopias e conflitos.

Neste sentido, as encostas dos morros, as áreas ribeirinhas fluviais e litorâneas (de mangues), ocupadas ao longo da formação histórica urbana em Recife, as ruas/avenidas, os centros comerciais tradicionais, os

shopping centers, os bairros, os demais lugares e territórios existentes são exemplos dos fixos criados pelas ações humanas. A circulação e o movimento dos veículos, pedestres, consumidores, trabalhadores, dos

grupos sociais que fazem reivindicações e protestos constituem exemplos de fluxos que utilizam os fixos numa relação dialética e solidária contínua e inacabada, construindo diversos tipos específicos de espaços ambientais que compõem a cidade.

Diante do exposto, tanto a sociedade (homem) quanto o espaço (meio ambiente, natureza) constituem, numa relação dialética e solidária em permanente movimento, agentes ativos do/no processo de construção do ambiente (cidade) urbano. Isso num contexto cada vez mais complexo no qual o conceito de ambiente passa a traduzir essa relação numa dinâmica complexa da totalidade socioespacial dos homens.

1.2 Sítio urbano e situação geográfica: categorias explicadoras da construção do ambiente urbano

Cada época possui a sua própria espacialidade cuja vocação redefine-se e reafirma-se a cada nova temporalidade, a partir da dinamicidade das lógicas que impulsionam as relações da sociedade com a natureza. No processo de construção do seu espaço, os homens, organizados em sociedade, mediante suas condições técnicas, culturais e materiais de existência,

transformam o espaço que lhe serve, ao mesmo tempo, de suporte, meio e condição, num processo constante e sempre inacabado.

Quanto mais nos aproximamos da origem da formação histórica de uma cidade, sobretudo, remontando no tempo histórico a partir da primeira metade do século XX, maior é a importância dos elementos físico-naturais do seu sítio nos processos de crescimento urbano. Não havia, ainda, um meio técnico-científico-informacional como realidade. Apesar das mudanças ocorridas na realidade socioespacial dos ambientes urbanos, repercutindo, portanto, em mudanças nos paradigmas teórico-metodológicos utilizados à compreensão dessa mesma realidade, não podemos negligenciar a importância de se considerar o sítio urbano e a sua situação para, ao resgatar a história das suas transformações, compreender o mundo de hoje, pois, dessa lição muito se tira, por exemplo, para o aprimoramento da gestão e do planejamento das cidades. Lins (1982, p.81) descreveu a origem e as condições do **sítio urbano** do Recife nos primórdios da sua formação histórico-territorial, na busca da elucidação da relação homem-meio ambiente urbano. Segundo esta autora:

[...] uma das mais remotas notícias do aglomerado que daria origem ao Recife é de Gabriel Soares, ao mencionar em 1587 a existência dum povoado que se fazia assinalar por uma ermida do Corpo Santo edificada numa ponta de areia. Duzentos e cinquenta anos, contudo, ainda eram os areais que chamavam a atenção de Charles Darwin [1836] ao se deparar com a cidade segundo ele 'construída sobre bancos de areia estreitos e baixos, separados uns dos outros por canais rasos de água salgada'. C'roas e bancos de areia, cordões litorâneos arenosos ou restingas associado tudo a pântanos de água salobra, manguezais, lagamares, esteiros e câmboas, eis um resumo do sítio do Recife em sua origem, ou seja, do estuário afogado comum dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejipió.

Vale salientar que, para Charles Darwin, a origem dos recifes, verdadeiras “muralhas” protetoras do litoral recifense, explicar-se-ia, segundo a mesma autora, como um comprido banco de areia solta que parecia ter consolidado, em eras primitivas, em decorrência da infiltração de materiais calcários, que se levantou gradualmente. Assim sendo, do inventário realizado a partir de discussões atuais, trata-se antes de cordões

litorais ou restingas litificados do que propriamente de praias, o que é comum ao longo da costa norte-oriental brasileira (Lins, 1982). O estuário afogado do qual fala Lins (Ibidem, p.82-83) acha-se semi-circundado pelas elevações que formam o anfiteatro físico-natural da cidade, as quais constituem no sítio de um número considerável de bairros e localidades do ambiente urbano recifense. Dessa forma, os:

[...] outeiros de Olinda e de Guararapes assinalam, com efeito, as extremidades do meio anfiteatro de colinas esculpidas nos sedimentos cenozóicos do Grupo Barreiras (os altos, entre outros, de Beberibe, Jacaré, Apipucos, Dois Irmãos, Jaboatão, Areia Branca, Guararapes), colinas cujo semi-círculo contém [a] ‘baía entulhada do Recife’, isto é, uma planície aluvial fluvio-marinha, réplica da que se desdobra ao sul de Santo Agostinho e ambas sucessivamente alargadas, enchidas e drenadas ao sabor de transgressões e regressões marinhas durante o Quaternário. O baluarte de arrecifes emergidos que abriga o ancoradouro do Recife representa ele próprio, tanto quanto o que se estende do Cupe a Santo Agostinho, um cordão litoral construído em nível marinho ligeiramente superior ao atual, cimentado durante ou logo depois da regressão que se seguiu, e ainda não submergido pela transgressão presentemente em curso.

Sobre isso, Josué de Castro (1954), inspirando-se também na idéia de que o estudo geográfico de uma cidade dar-se-ia pelas correlações dos elementos humanos que criam e relacionam os organismos artificiais e os fundamentos naturais que possibilitam a sua existência, compreendia que a cidade se projetava na paisagem como um signo da vitória do cultural sobre o natural, sendo também a mais completa, complexa e grandiosa expressão material da ação do homem como fator geográfico. Considerando isso, Castro chegava a admitir certa dificuldade no que concernia à leitura da paisagem do Recife assaz diversificada e multifacetada: as áreas dos sobrados dos senhores *versus* as dos mocambos dos dominados, dos trabalhadores; as construções

em terra firme – mais valorizadas em sítios urbanos de cidades como Recife – *versus* as construções em áreas de mangue e assim por diante.

As condições físico-naturais que influíram no processo de construção do ambiente urbano do Recife ainda são marcantes nos nossos dias⁴, fazendo parte, visivelmente, da paisagem atual da cidade. Nesse sentido, vale a pena resgatar outras percepções interessantes no que concerne à apreensão do sítio geográfico de uma cidade. Refletindo sobre a evolução urbana do Recife até o final dos anos 70 do século XX, M. C. de Andrade (1979, p.74) apontou aspectos importantes do sítio urbano desta cidade. Desse modo, sua influência na construção da cidade:

⁴ Inclusive, os aspectos particulares do sítio urbano recifense são aproveitados, hoje em dia, como fatores de atração turística os quais, junto com outros aspectos, contribuem para formar uma imagem original no Brasil.

[...] onde se formaria o Recife poderia ser dividido em duas partes distintas, conforme o maior ou menor trabalho de acumulação dos sedimentos em uma antiga baía rasa onde desaguavam os dois rios mais importantes – Capibaribe e Beberibe – e outros menores – Tejipió, Jiquiá etc. – A baía, com forma de semi-círculo, ia sendo entulhada ao Oeste pelos sedimentos trazidos pelos rios durante as cheias, enquanto na porção oriental, apesar de separada do oceano por um recife paralelo à costa, iam se depositando sedimentos de origem marinha. Daí a formação de uma planície flúvio-marinha que em sua porção ocidental apresentava solos de aluvião, argilosos – o famoso massapê – onde o Capibaribe desenhava caprichosos meandros, enquanto na porção oriental, mais baixa, encontravam-se depósitos areno-argilosos, de cor escura e que ficavam cobertos pelo mar na maré alta. Nessas superfícies se formavam porções separadas umas das outras pelo próprio rio e por canais e camboas onde se desenvolvia uma vegetação de mangue [...] que, com suas numerosas raízes, conseguia se fixar a um solo lamacento e sujeito à alternância de águas salgadas e doces. Em alguns pontos alteavam-se acima da maré alta ‘crôas’ de areia que formavam pequenas ilhas. Entre o curso final do Capibaribe e do Beberibe e o mar, encontrava-se uma península arenosa, uma restinga, que se estendia de Olinda para o Sul por uns sete quilômetros de comprimento por menos de meio quilômetro de largura.

Foram, portanto, essas condições físico-naturais supracitadas que as primeiras populações do Recife encontraram para dar início ao processo de ocupação e construção do seu ambiente urbano (Castilho, 1994). Desse modo, elucidando bem as condições ambientais em que esse processo aconteceu, entender-se-á melhor o conjunto das causas dos problemas que vivenciamos no atualmente na nossa cidade: inundações, cheias, deslizamentos, erosões etc. Daí a

importância da categoria sítio urbano – mas não a única – para a explicação da gênese dos ambientes urbanos.

Foi, também, M. C. de Andrade que salientou a relevância da percepção das características do sítio urbano com vistas à implementação de ações no sentido de se fazer investimentos no ambiente observado. Remontando ao passado colonial da então Capitania Pernambucana, nos seus primórdios, disse ele que:

[...] essa planície que se descortinava do morro da Misericórdia, onde Duarte Coelho implantou Olinda, entretanto, não dispunha o velho donatário nem de motivações nem de condições técnicas para se estabelecer nessa planície. Pretendendo implantar uma civilização de agricultores e hostilizados pelos indígenas que reagiam à confiscação de suas terras e à escravidão, preferiu Duarte Coelho se estabelecer em uma posição elevada, de mais fácil defesa, e plantar engenhos nas imediações da mesma. O pequeno porto do Varadouro atendia, inicialmente, às necessidades dos colonizadores. (Ibidem, p.74)

Com efeito, para os colonizadores portugueses, não era viável a execução de obras com elevados custos, empregando tecnologias avançadas, para a época, de drenagem do *estuário entulhado* onde, posteriormente, formou-se o espaço urbano recifense. Por esse motivo, apenas alguns grupos sociais mais modestos, realizando técnicas de aterros, de acordo com as suas necessidades, fixaram-se em porções do

espaço que mais tarde viriam a ser conhecido como Recife. (Castilho, 1994) Todavia, apesar do sítio urbano do Recife não ter despertado o interesse dos portugueses para se tornar uma cidade-sede de uma área da colônia, situada às margens dos seus principais rios, muitas das suas áreas foram utilizadas para a plantação da cana-de-açúcar sob a lógica da *plantation*. Ademais, os rios também serviam como importantes

escoadouros da produção do açúcar, em torno dos quais construíam os engenhos. Com isso, dava-se início à formação do que posteriormente seria a *hinterlândia* do Recife.

Até 1630 quando da invasão holandesa, Recife não passava de um pequeno povoado de pescadores, marinheiros e soldados cujo espaço limitava-se àquele da ilha do Recife – do istmo de Olinda – conhecido por nomes como: “O Povo”, “Vila de Santelmo”, “Arrecife dos Navios”. (Menezes, 1988) Naquele período, as funções que Recife desempenhava eram aquelas atinentes às atividades militares e de pesca. A este respeito vale ressaltar que a cidade possuía três fortes: Forte do Mar ou do Picão, Forte São Jorge e Forte Bom Jesus nos quais

residiam soldados e marinheiros que protegiam a ilha e as costas das possíveis invasões estrangeiras. Posteriormente, ao lado dos equipamentos militares foram-se instalando serviços de apoio às atividades comerciais de exportação do açúcar oriundo, no início, dos engenhos localizados às margens dos seus rios.

Foi assim que, segundo muitos, as condições do sítio urbano do Recife tiveram um papel importante no processo de crescimento econômico da cidade, na medida em que também contribuía para o crescimento da sua principal atividade de exportação. Neste sentido, argumenta M. C. de Andrade que as:

[...] várzeas de massapê, o clima quente e úmido, com duas estações bem definidas – uma chuvosa e outra seca – e a expansão da demanda do produto, fizeram com que, em menos de um século, toda a porção litorânea da antiga Capitania, estivesse ocupada por canaviais e campos de criação de gado. (*op. cit.*, p.75)

Ao lado dos fatores físico-naturais de construção e fixação de objetos espaciais no sítio (solo) sobre o qual a cidade do Recife viria a ser construída, deve-se ressaltar o papel das ações dos homens no processo de construção da sua cidade, dando origem à efetivação de aterros para a fixação dos seus mais variados objetos espaciais. Esse processo foi evidenciado a partir do estreitamento do leito dos rios para a implantação de cais, edifícios públicos, residências e outros. Muitos são os exemplos disto, dentre os quais salientamos os seguintes: aterro de mangues em Boa Vista

para a construção da Faculdade de Direito e para o ajardinamento do Parque Treze de Maio; aterros feitos por lixo doméstico, expandindo o solo da cidade; outros aterros alongados deram origem a eixos viários importantes da cidade – avenida Caxangá ligando bairros da parte oeste da cidade ao bairro de Madalena, Rua Imperial ligando a Praça Sérgio Lorêto ao bairro de Afogados, Rua Cruz Cabugá ligando as pontes Duarte Coelho e Tacaruna que, posteriormente, servira de suporte à implantação da linha de bondes elétricos entre Recife e Olinda. Com efeito, a cidade expandiu-se muito em torno

desses eixos viários.

Os próprios métodos de construção e organização do espaço urbano em Recife foram específicos a sítios urbanos

conquistados às águas. Desse modo, convém ainda ressaltar, conforme Andrade (Ibidem, p.79) que, como *cidade anfíbia*:

A Cidade Maurícia tinha um traçado no modelo norte-europeu, com o escoamento e canalização das camboas, sendo o material retirado do fundo do mangue utilizado no aterro da área a ser ocupada pelas construções. Pontes e diques foram construídos, com delimitação da área da cidade que era defendida por fosso e estacada.

Mas *cidades anfíbias* também possuem outros problemas específicos ao seu sítio urbano cujas soluções devem ser pensadas com muita criatividade. O abastecimento de água potável era, portanto, um desses problemas: ela vinha das porções mais altas do rio Beberibe ainda não poluída, transportada de Olinda pelo istmo na extremidade do qual se achava localizado o núcleo do Recife. À época da ocupação dos holandeses, outro problema digno de menção, além daquele do abastecimento de água e da coleta dos dejetos humanos, era o das ligações entre a ilha do Recife, a de Antônio Vaz e o continente (Boa Vista). Para solucioná-lo, os holandeses construíram pontes, bem como um dique que ligava a área onde hoje se situa o Forte das Cinco Pontas àquela onde se acha o bairro de Afogados.

Na sua abordagem, sobre a relação

homem-meio ambiente urbano, seja como um texto completo, seja como parte deste, os geógrafos, também, consideraram a categoria **situação geográfica** da cidade, por meio da qual também se procurava relacionar as dimensões do físico com o humano. Num nível de análise mais amplo, vale ressaltar a posição geográfica de Recife, com o seu porto natural, escoando a produção do açúcar pelos rios da sua *hinterlândia*, ligando-a com o porto que lhe dava acesso, por outro lado, aos mercados de consumo da sua produção (Europa) e do fornecimento da mão-de-obra escrava (África), uma situação geográfica privilegiada. No caso do Recife, isso foi bem explorado no sentido de clarificar e explicar as razões do crescimento da sua economia, aproveitando-se da localização espacial associada às condições físicas do sítio urbano:

No delta do Capibaribe, na península situada em frente ao ancoradouro natural, logo surgiria, espontaneamente, uma povoação. Era uma área privilegiada; com uma profundidade que permitia a entrada das naus de maior calado, era o caminho natural direto, para a várzea do Capibaribe, onde, em 1630, por ocasião da invasão holandesa, já existiam numerosos engenhos. Não interessava aos senhores de engenho subir o Beberibe para embarcar a sua produção no Varadouro, se era mais prático descer o Capibaribe até a foz e embarcar no ancoradouro aí existente, já que, à proporção que o desmatamento se intensificava na sua bacia o seu leito ia sendo assoreado. Assim, surgiria, naturalmente, naquela restinga arenosa, uma povoação, em torno a tavernas, prostíbulos e armazéns de açúcar. Este porto logo faria entrar em decadência o do Varadouro que se tornaria um porto secundário, para onde iam apenas as pequenas embarcações que levavam ou traziam mercadorias de Olinda. A povoação se desenvolveria rapidamente em 1595, já era objeto de ataque da pirata John de Lancaster que aí aportara atraído pelo valor do açúcar nela armazenado. (M. C. Andrade, Ibidem, p.75)

Com efeito, esses elementos físicos presentes no sítio urbano local, associados à localização espacial da área, têm influenciado demasiadamente na formação territorial da cidade e da região. Todavia, não podemos deixar de ressaltar a importância, em si, dos rios do Recife, dentre os quais possui grande

destaque o Capibaribe, contribuindo sobremaneira para a formação das paisagens que representam o espaço recifense. Várias cidades brasileiras são cortadas por rios a exemplo de São Paulo, Porto Alegre, Blumenau, Manaus:

Nenhuma, entretanto, desenvolveu com seu rio relações tão profundas e variadas – econômicas, sociais – como as que Recife o fez com o Capibaribe até princípios deste século. Para Recife, esse rio foi uma importantíssima via de transporte, local de intensa atividade de lazer e de tratamento de doenças e, finalmente, fonte de abastecimento de água, inicialmente vinda de Olinda e do Beberibe, e depois do Capibaribe, no Monteiro [...]. Nenhuma cidade desenvolveu com seu rio tanta ‘unidade’, e essa unidade só existe quando há amor pelo rio. Isso já aconteceu com ruas, como a do Ouvidor, no Rio, ou a da Praia, em Porto Alegre, que já foram as ruas mais amadas do Brasil. (Villaça, 1998, p.212)

Em meados do século XIX, expandiram-se, pelo espaço urbano do Recife, em processo de crescimento, as estradas de

ferro as quais, por sua vez, segundo Villaça (Ibidem, p.214), passaram a substituir progressivamente o transporte fluvial:

Pernambuco foi a segunda região [sic] brasileira a dispor de transporte ferroviário [...], e em nenhuma cidade brasileira as elites se utilizaram desse transporte – as ‘maxambombas’ - mais que em Recife. Ou melhor, é possível afirmar que Recife foi a única capital brasileira em que as elites utilizavam sistematicamente o transporte ferroviário como transporte urbano de passageiros.

No plano do fluxo dos transportes, até meados do século XIX quando da expansão dos caminhos de ferro, era pelo rio que se fazia grande parte da circulação através do uso de barcos que prestavam serviços de navegação e de passagem: Caxangá, Madalena e Torre eram conhecidas áreas de passagem, isto é, de pequenos portos de travessia de uma margem a outra do rio Capibaribe. A esse respeito, vale ressaltar que o bairro da Madalena era conhecido pela alcunha *Passagem da Madalena*. Não obstante o fato da importância das vias fluviais como meios de transporte na cidade com o desenvolvimento técnico, expandiram-

se os transportes terrestres os quais contribuíram para a dinâmica mais intensa do processo de ocupação do espaço urbano e regional. As terras dos engenhos que antes se instalavam às margens dos referidos rios davam lugar, com o seu desmembramento, aos “sítios” – propriedades onde se localizavam as chácaras das elites – que mais tarde se desmembraram para formar bairros em Recife. É por isso que vários dos seus bairros mantêm os mesmos nomes através dos quais os engenhos eram conhecidos: Apipucos, Casa Forte, Caxangá, Engenho do Meio, Jardim São Paulo, Monteiro, Várzea etc.

No plano do lazer e da saúde, com a divulgação, a partir da segunda metade do século XVIII, da importância dos banhos de rio ressaltando as suas propriedades terapêutico-medicinais, muitas propriedades surgiam ao longo das suas margens com o objetivo de estimular atividades de lazer e

prolongar a vida usufruindo dos benefícios causados pelos banhos nas águas do Capibaribe. Algumas evidências do desenvolvimento dos arrabaldes do Recife com a expansão dos caminhos de ferro são apontadas por Villaça (Ibidem, p.216), na citação abaixo reproduzida:

[...] ‘terrenos eram postos à venda frisando-se que em zona onde passava ou iria passar o trem [...], em arrabaldes como Poço da Panela e Monteiro, havia teatros. [...] De Apipucos, os trilhos estenderam-se até a Encarnação [...]’ e daí ‘até Caxangá, subúrbio que veio a gozar de um prestígio enorme. Vida social intensa, banhos maravilhosos, água ferruginosa, hotéis. [...] E não poucos. O *Grande Hotel de Caxangá*, [...] o *Hotel Francês* [...]. Também a Jaqueira teve o seu hotel. [...] E o que dizer do de Apipucos’, que anunciava em francês: ‘On invite messieurs les étrangers à venir jusque là où ils rencontreront bonne table et à prix convenable’.

O que contribuiu sobremodo à expansão da área de influência da cidade do Recife, através dos elementos – porto, rios etc. – que, inerentes ao seu sítio urbano, reforçavam, em seu conjunto a situação geográfica da cidade, na região. Porém, nos dias que correm, devido, entre outras causas, à poluição das suas águas, desvalorizaram-se os rios, restringindo os banhos somente a alguns poucos indivíduos pertencentes aos grupos sociais populares. A grande maioria dos recifenses, portanto, preferiu banhar-se nas águas do oceano Atlântico, nas praias de: Boa Viagem, Pina e de Brasília Teimosa: “O hábito do banho salgado começou no Recife, na segunda metade do século passado [XIX] Mas esse hábito só começou realmente a se tornar rotina em meados do século XX”. (Ibidem, p.217)

Diferentemente do que houve no Rio de Janeiro e em Santos, foi somente a partir dos anos 70 do século XX que populações abastadas das metrópoles nordestinas, dentre

as quais as do Recife, passaram a concentrar-se, rapidamente, nos setores da orla oceânica: “Hoje, a orla oceânica, de Boa Viagem a Jaboatão, supera o setor Oeste em termos de concentração dessas camadas [...]” (Ibidem, p.217) O hábito cultural de banhar-se em águas salgadas constituiu outro mecanismo de inserção de outros lugares na dinâmica socioespacial da Região Metropolitana do Recife/RMR. No que tange à cidade de Olinda, foi a partir da divulgação da importância dos banhos de águas salgadas que este lugar reintegrou-se à dinâmica socioespacial recifense, visto que, ao longo de todo o século XIX, aquela cidade reduzira-se à condição de sedes do Bispado, do Seminário e do curso de Direito; mesmo o Bispo havia se transferido para Recife (1836), engendrando uma crise no seio da Arquidiocese entre a Corporação, que permaneceu em Olinda, recusando-se a transferir-se para Recife, e o Bispo. Olinda:

[...] renasceria no início do século XX, como cidade balneária, de vez que suas praias de banho passaram a ser muito procuradas depois da instalação, em 1871, do serviço de trens suburbanos, as chamadas maxambombas. Depois da Segunda Guerra Mundial ela cresceu consideravelmente não só como centro balneário, mas também como centro cultural, quando vários de seus velhos edifícios foram transformados em museus e em faculdades, sendo também um centro turístico, de vez que considerada monumento histórico. Seu maior crescimento, porém se processa na faixa litorânea onde, face à proximidade do Recife, instala-se uma população que vive em Olinda, mas se desloca todos os dias para o Recife, onde trabalha, sendo ela em consequência uma cidade dormitório. (M. C. de Andrade, *Ibidem*, p.85)

Por outro lado, é preciso lembrar que o ambiente urbano não compreende uma obra apenas dos notáveis de uma sociedade, sendo também obra de outros grupos sociais a exemplo dos mais desfavorecidos que ocupam o espaço, visto que estes também contribuem para a organização socioespacial geral. À custa de muita luta e organização, estes grupos sociais têm também conquistado os seus lugares no espaço urbano, ocupando, construindo e organizado historicamente os seus ambientes de vida, muitos dos quais constituindo territórios urbanos.

Nas cidades de regiões “subdesenvolvidas”, as carências e a precariedade das condições materiais de existência dos grupos sociais mais desfavorecidos, diante da (re) distribuição dos benefícios gerados pela organização socioeconômica urbana, são evidentes. Basta apenas fazer um passeio pela cidade para, empiricamente, se apreender as paisagens dos lugares da pobreza ao lado dos lugares da riqueza, evidenciando, assim, não somente diferenciações, mas, ao mesmo tempo fortes desigualdades socioespaciais como Josué de Castro já demonstrara nos anos 40 do século passado. A consciência e o questionamento dessas desigualdades suscitaram a ampliação não somente do conceito de meio ambiente

como também das táticas e estratégias de ação dos homens, organizados em sociedade, na busca de um ambiente urbano mais justo em que todas as pessoas tenham conquistado o *status* de cidadania. Daí porque se faz necessário entender o meio ambiente enquanto uma complexidade que é construída por diversos tipos de lutas urbanas a partir de ações implementadas, sobre um meio urbano cujos elementos formadores acham-se intrinsecamente inter-relacionados, no sentido da concretização do desenvolvimento sustentável.

1.3 Higienismo, *ecologia urbana* e *desenvolvimento sustentável*, na perspectiva da reflexão e construção do espaço urbano

A complexidade do ambiente urbano suscitou revisões da conceituação das categorias sítio urbano e situação geográfica, bem como a introdução e discussão de outras categorias analíticas explicadoras da realidade ambiental urbana; as quais, embora já fazendo parte do temário de outros campos do conhecimento científico, não tinham sido, ainda, consideradas em função das limitações epistemológicas do campo da própria geografia. Tratam-se das categorias *higienismo*, *ecologia urbana* e *desenvolvimento sustentável*.

Ações voltadas à construção de um meio ambiente mais saudável não é fato recente; remonta a séculos, no âmbito da expansão urbana. Um dos elementos diferenciadores dessas ações reside no fato de que, antes dos anos 70 e 80 do século passado, era o Estado (interventor) que aparecia como praticamente o único agente dessas ações. A partir dos anos 80, porém, a própria sociedade civil passou a, mediante pressão e mobilização social, dividir responsabilidades na construção de um ambiente urbano mais saudável com o Estado, e a reivindicar “outro mundo”. Desta vez, a compreensão do conceito de ambiente tornou-se muito mais ampla, suscitando a construção

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. (1997, p.51)

[...] hoje, e cada vez mais, o objeto torna-se o lugar das coisas. No princípio, tudo eram coisas, dádiva da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última o valor. (Ibidem, p.53)

Desse modo, só se pode compreender as inter-relações sociedade-natureza no âmbito do próprio processo de produção global do espaço para o qual, aliás, as ações empreendidas pelos diversos agentes sociais, nas suas diversas escalas de existência, desempenham papéis fundamentais. Antes, o Estado (interventor) era visto como o principal agente de ações visando à melhoria do ambiente urbano, embora privilegiando os interesses das elites dirigentes.

Em Recife, pode-se buscar as origens

de novas categorias de análise e explicação do papel das inter-relações entre a natureza e a sociedade no processo de construção do ambiente urbano.

Mas o quê, efetivamente, propiciou essa mudança de postura no agir, pensar e refletir sobre o ambiente urbano no Brasil? Talvez essa mudança tenha acontecido em função da própria mudança ocorrida no âmbito das relações sociedade-natureza as quais, pela mudança da própria realidade, tornaram-se muito complexas e, portanto, difíceis de serem explicadas apenas pelas categorias sítio e situação. Discutindo o conceito de espaço geográfico, Santos disse:

do papel do Estado como promotor de um ambiente urbano saudável no período que se achava entre 1690 e 1693, sob a administração colonial portuguesa. Foi com o Marquês de Montebelo que a referida cidade conheceu as primeiras práticas sanitaristas da sua história (G. O. de Andrade, 1969), um prenúncio do que viria, posteriormente, a ser chamado de *higienismo*. Tendo os bairros do Recife e Santo Antônio, áreas mais valorizadas, na época, pelas elites dirigentes locais, como alvos das suas ações, as

principais medidas tomadas naquele sentido: construção de cemitérios públicos e instituição da *causa mortis* para os enterros em covas profundas e bem fechadas a fim de combater a proliferação de doenças; limpeza dos espaços públicos, varrição freqüente das ruas, escolha de lugar específico para depósito de lixo doméstico etc. Após a realização desta experiência, retomou-se, nos séculos posteriores, a implementação de ações urbanísticas sem nenhum controle, da parte do Estado, no que diz respeito ao controle ambiental no espaço urbano.

Somente a partir da primeira década do século XX é que o Estado retomou ações urbanísticas de cunho higienista. Para tanto, o sanitarista Saturnino de Britto foi convidado pelo governador Herculano Bandeira para instalar um novo sistema de esgoto e abastecimento de água potável em Recife: em 1910, inaugurou-se a Estação de Tratamento do Cabanga. Paralelamente aos trabalhos realizados em vista do melhoramento da área do porto, inspirados pelas políticas

higienistas, colocou-se em ação iniciativas no sentido da melhoria do bairro do Recife, porta de entrada da cidade: demolição das chamadas “habitações insalubres” – as *casas doentes, casas da morte* – a fim de facilitar a circulação do ar e a entrada da luz solar, reduzindo-se à existência dos chamados *miasmas* para evitar a proliferação de doenças e epidemias contagiosas.

O higienismo exerceu, portanto, forte influência nas intervenções urbanísticas também em Recife e isto notadamente, como afirma Bitoun (1990), até ao final da primeira metade dos anos 1950, representando uma *resposta terapêutica* que procurava promover uma situação de equilíbrio socioespacial face aos problemas inerentes à existência de uma paisagem urbana considerada pelos profissionais do urbanismo – médicos, engenheiros, arquitetos etc. – como uma paisagem patogênica. Desta feita, Rivière D’Arc & Schnaier (1993, p.221) dizem que o tratamento científico da questão urbana, profundamente aplicado naquele período:

[...] combinava uma dimensão dogmática e um projeto educativo: tratava-se de mudar a mentalidade dominante e de educar o povo. Não convinha somente [...] transformar o ambiente construído para as novas necessidades da cidade em função do seu dinamismo industrial, desenhando um plano que permitisse a repressão de eventuais revoltas populares, mas também procedendo a reformas sociais. O projeto tinha um fundamento, ao mesmo tempo, ideológico e simbólico o qual repousava sobre o momento de ruptura entre o período da escravidão e aquele onde se começa a dominar a idéia do desenvolvimento linear da salarização. [tradução livre do autor do presente artigo]

Mais uma vez, citando Bitoun (1990), passamos de um *higienismo biológico* para um *higienismo social* do qual a eliminação

dos mocambos constituiu a ação mais espetacular e divulgada pelas elites locais⁵. Essas elites, no poder, enfatizavam a

⁵ Chegou-se mesmo, durante o período de governo do interventor Agamenon Magalhães (anos 1930-1940), a elaborar e executar um plano de erradicação dos mocambos, cujo sentido maior residia na intenção de expulsar os pobres das áreas valorizadas da planície flúvio-marinha do Recife, liberando-as aos agentes do setor imobiliário que se faziam cada vez mais presentes na cidade.

necessidade de se “limpar” a cidade para que, não somente os recifenses, mas também os estrangeiros se sentissem num lugar “limpo” e agradável; projeto que também ganhou uma conotação política na medida em que os resultados das ações acima citadas traziam ganhos reais para muita gente no campo da política urbana local.

Concretamente, se de um lado, essas experiências urbanísticas promoveram a transferência de muitas famílias pobres para lugares mais distantes das áreas centrais da cidade; por outro lado, outros espaços – situados nas áreas das colinas que circundam a cidade popularmente conhecidos como “morros” – foram ocupados fazendo com que, embora expulsos dessas áreas, os pobres ainda continuam relativamente próximos a elas. Os morros situados em bairros e lugares da Zona Norte da cidade foram ocupados sem os cuidados devidos, sobretudo, a partir dos anos 40 em razão das políticas de erradicação dos mocambos; enquanto que os da Zona Sudoeste e Zona Sul foram ocupados a partir dos anos 60, devido às enchentes que desabrigaram um número considerável de famílias, levando-as a se instalarem naqueles espaços.

Desse modo, a problemática ambiental foi estendida para um espaço muito maior do que antes, ou seja, para os morros do município – as unidades ambientais que circundam a *baía entulhada* do Recife à

maneira de um anfiteatro – os quais, ocupados por populações que não dispunham de meios técnico-científicos e político-sociais de construção adequados à instalação de moradias dignas, tornaram-se “áreas de risco”, principalmente nos períodos de elevadas precipitações pluviométricas. Por outro lado, as “resistências” dos moradores locais da planície, através da sua organização em movimentos populares, contribuíram para a sua permanência em lugares de fortes valores econômico e simbólico da cidade: Coelhos, Coque, Ilha Santa Terezinha, Sítio do Céu, Ilha do Chié, Pilar entre tantos outros.

Nas cidades de regiões subdesenvolvidas, preocupações com relação à construção de um ambiente urbano saudável já estavam presentes em estudos de vários cientistas sociais. M. C. de Andrade e M. L. de Melo, ao final dos anos 70, buscaram dar subsídios ao planejamento urbano-regional, procurando explicar a realidade atual do Recife na busca de soluções concretas à correção dos seus problemas e distorções engendrados pelo quadro econômico regional típico de lugares subdesenvolvidos. O primeiro a partir do seu engajamento numa *geografia ativa*⁶ e o segundo mantendo-se atrelado a uma abordagem fundada na perspectiva da paisagem geográfica, mas comprometido com o ajustamento de disfunções provocadas por um quadro de

⁶ Andrade não se esquece de focar os danos causados à natureza – poluição industrial dos rios devido a ações de desmatamentos e aterros – e à sociedade – o enfrentamento dos danos decorrentes das enchentes e o crescimento da pobreza – por um modelo de desenvolvimento urbano injusto; vislumbrando a perspectiva de mudar esta sociedade.

subdesenvolvimento regional. Convém Bitoun (1994, p.39), que: lembrar, a esse respeito, concordando com

[...] o discurso geográfico [de Andrade e Melo] vem sustentar a política urbana nacional, em particular os programas 'descentralizadores' de cidades de porte médio. Acredita-se que a alocação de recursos e as funções associadas a práticas urbanísticas de melhoria das infra-estruturas físicas serão apenas capazes de minorar as carências socioeconômicas evidenciadas pelo agigantamento da metrópole, cuja problemática fundamental só encontrará solução com o desenvolvimento regional.

No que tange à perspectiva de apreensão da relação homem-meio ambiente

urbano, nos anos 70 e 80, Melo (1986, p.255) já havia percebido que:

[...] quando se trata de regiões metropolitanas situadas em espaços periféricos ou de economia deprimida, não se deve perder de vista que além da poluição do ambiente físico, e contribuindo para ela, ocorre a poluição psicossocial gerada pela marginalidade e submarginalidade sócio-econômica de grande parte da população.

Fato este que suscitava, na sua visão, um mínimo de desenvolvimento econômico e social como pré-condição para a defesa do meio ambiente, reclamada pela melhoria da qualidade de vida das populações dos lugares localizados em regiões metropolitanas tais como a do Recife. Essa problemática passa pela busca de melhores condições de vida para as cidades na medida em que estas, desde os anos 40 até os 70, vinham recebendo um contingente enorme de pessoas as quais, sem as qualificações à sua inclusão scioespacial à economia urbana da cidade, aglomeravam-se em ocupações onde a precariedade das condições de vida constituía fato concreto. Daí é que se retomou – da escola de Chicago – o conceito de ecologia urbana. Ressurgindo já ao final dos anos 70, a **ecologia urbana** possui como preocupações cruciais a promoção da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos. Nos países subdesenvolvidos, essas preocupações foram inseridas na perspectiva do processo de

construção da cidadania completa dos cidadãos, processo que, no Brasil, foi interrompido pelo regime autoritário.

À medida que a sociedade reorganizava-se, após os anos dos governos militares, ela passava a reivindicar obras de infra-estrutura urbana e serviços sociais – educação, segurança, saúde, cultura, lazer, trabalho etc. – visando à construção de um ambiente onde haja condições de integração à vida urbana, para todos. Percebendo a importância deste processo, a Geografia Urbana, agora fundamentada em parâmetros inerentes ao movimento de renovação da Geografia, buscava explicá-lo a fim de que a sociedade se conscientizasse do seu papel na luta pelo que H. Lefebvre chamava *direito à cidade*, condição *sine qua non* à concretização de ambientes urbanos mais justos para todos.

Nesse sentido, muitos trabalhos foram realizados na Universidade, evidenciando importantes conquistas sociais no que diz respeito ao processo de construção de um

ambiente urbano diferente: a implantação das Zonas Especiais de Interesse Social/ZEIS, enfatizando a função social do solo urbano para as ocupações de segmentos pobres da sociedade local; o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social/PREZEIS para influir e controlar a gestão pública municipal; o redimensionamento das relações do Estado com a sociedade civil, fazendo valer a retomada da participação dos movimentos populares na discussão sobre a execução de projetos/programas do Estado (Projeto Recife); os efeitos do processo de democratização do país na administração pública de serviços sociais de segurança pública, serviços comuns metropolitanos, educação etc.

Ao mesmo tempo, alguns desses estudos demonstraram que o avanço social foi tímido, sobretudo em razão das limitações dos movimentos populares – *ativismo de bairro?* – que lutavam mais no sentido da reivindicação por equipamentos urbanos do que efetivamente por mudança social efetiva. Além de uma cultura urbana fortemente baseada em relações clientelistas, em ambientes de incomparáveis desigualdades socioterritoriais. Mas, não se nega que as novas posturas das práticas sociais com

relação à construção do ambiente e da reflexão sobre elas já representavam conquistas importantes para a sociedade.

No que diz respeito à perspectiva baseada na idéia do **desenvolvimento sustentável**⁷, outro conceito que se fez importante notadamente a partir dos anos 70, pretende-se apreender relações entre as práticas socioespaciais e seu ambiente, tentando responder às demandas do presente, procurando resolver os seus problemas imediatos e contemporâneos e sem prejudicar a capacidade das futuras gerações. Os riscos ecológicos ao nível global – efeito estufa, buraco na camada de ozônio, aquecimento da temperatura do planeta fomentando elevação das taxas de evaporação e, conseqüentemente, da quantidade de chuvas caídas em curtos períodos de tempo, elevação do nível das águas dos oceanos e mares etc. – bem como os socioeconômicos – segregação socioterritorial, desemprego, informalidade, precariedade, pobreza etc. – agravam mais ainda a crise urbana mundial, fazendo surgir variadas experiências e propostas alternativas de modelo socioeconômico, calcadas em especificidades locais, mas atreladas ao mundo:

⁷ Argumenta René Passet (2002, p.17) que: *A passagem para o plano global não permite que se possa continuar falando de disjunção: duas lógicas defrontam-se, a do desenvolvimento [preferimos o termo crescimento ao desenvolvimento] econômico e a das regulações naturais, ameaçando a primeira destruir a segunda, e com isto arruinar a sustentação de toda vida humana. Impõe-se então a questão do desenvolvimento durável ou sustentado, definido pelo relatório Brundtland como aquele 'que permite atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades'. Neste mesmo movimento, apresenta-se à economia a questão da solidariedade intergeracional.*

Nos anos [19]80, com os ataques ‘globais’ ao meio natural, o problema muda de plano. Os mecanismos reguladores do planeta estão ameaçados: o buraco da camada estratosférica de ozônio compromete a filtragem dos raios ultravioleta graças à qual a vida pôde disseminar-se e diversificar-se; o efeito estufa ameaça a regulação térmica da Terra; a redução da biodiversidade altera um mecanismo essencial da estabilização da vida [...] A idéia de meio ambiente já não é mais suficiente; é de *biosfera* que se deve falar, ou seja, não mais de uma soma de fenômenos específicos, mas de um sistema de interdependências, ao mesmo tempo coerente, complexo, auto-regulado e – sob certos limites – auto-regenerador, capaz de reparar por si próprio certos atentados de que seja alvo. (Passet, 2002, p.16-17)

Mas em que medida a questão ecológica, quando exageradamente alarmista, não constitui, também, mecanismo de manipulação social, tentando desviar a atenção das pessoas dos verdadeiros problemas da sua existência para questões menores? Será que devemos nos contentar com definições simplistas de que as causas da referida questão residem somente na não preservação de espécies e na culpabilização

do terceiro mundo pela *iminente catástrofe ambiental*? Não negamos a importância desta questão. Contudo devemos nos interessar por todos os seres vivos – inclusive com o homem – e não apenas com mico-leão dourado, peixes-bois, cachoeiras e mata atlântica. A esse respeito já nos alertava Wettstein (1992, p.199; p.203) no início dos anos noventa, quando dizia que:

Bem-vindos sejam os ecologistas que consideram a natureza como um organismo biossocial, após o enxerto da produção material. Malvidos aqueles que difundem uma ecologia [sustentados pela mídia burguesa] catastrófica e esquecem que a biosfera – tanto a geossocial de hoje, como a biônica de um futuro próximo – é um sistema homeostático autogerido e suscetível de auto-regulação; coisa que na biosfera vem ocorrendo há bilhões de anos, superando crises físicas e químicas tão relevantes como a atual ‘crise’ de produção social.

[as campanhas de defesa do meio ambiente pela mídia] se trata de uma manipulação objetivando a desestabilização da confiança e que é induzida mediante quatro procedimentos: o escamoteio do país real, a fugacidade das conotações positivas, a violência noticiosa e a substituição de julgamentos por estereótipos e ou prejulgamentos [...].

Ocultando, segundo o autor, por ação ou omissão, os fatos verdadeiros que definem a construção da cidadania em um país; condição esta sem a qual não se terá a

concretização do desenvolvimento sustentável. Sem este desenvolvimento, por sua vez, argumenta Passet (op. cit., p.201):

Por uma espécie de efeito cumulativo, as populações mais desfavorecidas do planeta são também as mais gravemente afetadas. ‘Os pobres’, escreve o PNUD, são obrigados a lançar mão dos recursos [disponíveis em seus territórios] para sobreviver. E esta degradação do ambiente só serve para aumentar sua pobreza.

Com efeito, como já vimos, achamo-nos num contexto em que as inter-relações sociedade-natureza no ambiente urbano não se restringem apenas às relações de interdependência das influências do espaço físico sobre o homem e deste sobre aquele

(sítio e situação); mas simultaneamente, e talvez, sobretudo, passa-se a considerar as influências do homem sobre o seu próprio meio já modificado (segunda natureza, despertando ações como: higienismo, ecologia urbana e desenvolvimento

sustentável), sobre os objetos resultados da sua própria ação, durante séculos e séculos. Portanto, no seu conjunto, essas categorias analíticas do ambiente urbano ajudam-nos a compreender melhor as inter-relações sociedade-natureza, clarificando o papel das ações dos homens na busca da construção de um ambiente urbano sadio e agradável, com justiça e bem-estar social para todos.

2. Considerações Finais

Não podemos prescindir das inter-relações sociedade-natureza na explicação do processo de construção do ambiente urbano, visto que estas inter-relações constituem uma dimensão importante à explicação da realidade social, na sua complexidade; considerando que a dimensão físico-natural (já transformada e apropriada pela sociedade) do espaço geográfico continua importante na

vida social e no planejamento urbano. Ao mesmo tempo, não podemos negligenciar categorias de análise mediante as quais a Geografia procurou analisar e explicar o papel dessas inter-relações no processo de construção do espaço urbano das nossas cidades: sítio, situação, higienismo, ecologia urbana, desenvolvimento sustentável; tendo o cuidado, é claro, de recontextualizar os dois primeiros os que foram construídos no início da formação da geografia.

Mais precisamente, estudos sobre a dinâmica socioeconômica inerente ao mundo contemporâneo, calcada no processo de crescimento, expansão, modernização e diversificação de atividades de lazer e entretenimento, evidenciaram a importância do papel que a dimensão do físico-natural exerce na vida social:

Em nosso século emergiu uma nova modalidade de deslocamento através do planeta: o *turismo*. Fruto da sociedade industrial e das conquistas sociais, o período anual de descanso pelos que a ele têm acesso, vem sendo aproveitado, cada vez mais, para a realização de viagens, alimentando, dessa forma, os fluxos de pessoas que se deslocam a pequenas, médias e longas distâncias. Tal processo deu ensejo ao enriquecimento de nossa disciplina, com a estruturação de novo e importante setor, a *Geografia do Turismo* que figura, hoje, com enorme destaque entre as especialidades geográficas e, sobre a qual, já se dispõe de volume apreciável de trabalhos. O turismo, em suas variadas manifestações (culturais, históricas, religiosas, etc.) tem muito a ver, também, com a natureza. O meio ambiente, em seu mais amplo sentido, aparece como componente condicionador, embora, é claro, não seja o único, pois a realidade é sempre complexa. (Conti, 1997, p.21-22, grifos nossos)

Isso reforça o quanto se faz importante aproximar a sociedade da natureza, enquanto dimensões de uma totalidade que sempre se acha em processo contínuo de mudanças e reconfigurações. Discutindo a *alma do lugar* – o que fica de melhor de um lugar e que por isso transcende o tempo – Yázigi (2001, p.43;

p.45) também valoriza a Geografia Física, ressaltando a importância da inter-relação sociedade-natureza no processo civilizatório, dizendo que, para construir uma civilização, o homem tem de ser cúmplice e amigo da natureza, tem de pactuar com as benesses ou até com os revezes naturais. Continuando essa

discussão, o autor ainda reforça que o binômio homem-meio ambiente ainda não foi incorporado como uma das grandes dimensões da identidade. Ao fazermos isso, estaremos contribuindo para a compreensão do espaço para melhor pensá-lo e agir sobre ele.

Concluimos este ensaio, recolocando,

[...] devemos agora considerar que há uma prioridade social da natureza; a natureza não é nada se ela não for social. O mero fato de tirar essa conclusão [...] não nos faz ir além do tratamento dualístico da natureza. O que se deve fazer é mostrar a relação concreta pela qual a natureza assume essa prioridade social. Há em Marx o início, mas somente o início, dessa visão da natureza, uma visão da natureza muito mais sofisticada e dialeticamente complexa que o triunfalismo de William. Como o triunfalismo, o triunfalismo negativo da idéia de dominação da natureza começa com a natureza e a sociedade sendo dois domínios separados e tenta unificá-los. Em Marx, vemos o procedimento oposto. Ele começa considerando a relação com a natureza como sendo uma unidade e considera qualquer separação que exista entre elas como resultado simultaneamente histórico e lógico. Desta maneira, a prioridade social da natureza não é algo que deva ser infundido de fora, mas algo que já existe na relação social com a natureza. Ao invés da dominação da natureza, devemos, portanto, considerar o processo muito mais complexo de *produção da natureza*. Enquanto o argumento da dominação da natureza sugere um futuro sombrio, unidimensional e livre de contradições, a idéia de produção da natureza sugere um futuro histórico que está ainda para ser determinado pelos eventos e pelas forças políticas e não pela necessidade técnica. (Smith, 1988, p.64-65)

Apesar de longa, esta citação resume, claro que com as palavras de um verdadeiro especialista no assunto, a importância de nos libertarmos de concepções dualistas e positivistas sobre a sociedade-natureza; numa perspectiva de reforçar, concomitantemente, a complexidade e a abertura da questão, compreendendo-a como resultado de inter-relações socioespaciais. Daí a necessidade de pensar, interdisciplinarmente, em conceitos que, em seu conjunto, venham a abarcar essa complexidade, na sua totalidade, deixando espaço para possibilidades de construção de ambientes urbanos diferentes.

3. Referências Bibliográficas

Ajara, César. (1993). A abordagem geográfica: suas possibilidades no tratamento

enfim, uma idéia que, levantada, nos anos 80, por N. Smith, acaba sintetizando o que pensamos sobre a importância das inter-relações interdisciplinares sociedade-natureza na construção do ambiente urbano. Idéia que ainda continua bastante pertinente nos nossos dias. De acordo, então, com aquele autor:

da questão ambiental. In: Mesquita, Olindina Vianna & Silva, Solange Tietzmann (coord.) *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE.

Abreu, Maurício de Almeida. (jan./dez. 1994). O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro, v.56, n.1/4, p.21-122.

Andrade, Gilberto Osório de. (1969). *Montebelo, os males e os mascates*. Recife: UFPE.

Andrade, Gilberto Osório de. (1986). Introdução à tropicologia: a problemática ecológico-geográfica. In: Jatobá, Lucivânio

(org.) *Estudos nordestinos de meio ambiente*. Recife: editora Massangana.

Andrade, Manoel Correia de. (1979). *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Editora Universitária.

Barreto, Angela Maria Maranhão. (1994). *O Recife através dos tempos. A formação da sua paisagem*. Recife: Fundarp.

Bitoun, Jan. (1990). A intervenção no espaço urbano: memória e identidade – ensaio sobre o Recife. Recife: DCG/UFPE.

_____. (1994). Recife, uma interpretação geográfica. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Os caminhos e a reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp.

Brito, Saturnino Rodrigues de. (1917). Saneamento de Recife. *Diagnóstico e relatório*. Recife: Typ. da Imprensa Oficial.

Castilho, Cláudio Jorge Moura de. (1994). A construção e a organização do espaço geográfico da cidade do Recife. In: Retalhos do Recife. *Banco de dados*. V.II. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife.

Castro, Josué de. (1945). *Fatores de localização da cidade do Recife*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Castro, Josué de. (1954). *A cidade do Recife*. Ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Casa do Estudante.

Conti, José Bueno. (1997). A natureza nos caminhos do turismo. In: Rodrigues, Adyr Balastrieri (org.) *Turismo e ambiente*. Reflexões e propostas. São Paulo: Hucitec.

Corrêa, Roberto Lobato. (1993). Meio ambiente e metrópole. In: Mesquita, Olindina Vianna & Silva, Solange Tietzmann (Coord.) *Meio ambiente e questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE.

Davidovich, Fany. (1993). A propósito da Eco-92: a temática urbana na questão ambiental. In: Mesquita, Olindina Vianna & Silva, Solange Tietzmann (Coord.) *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE.

Febvre, Lucien. (1949). *La terre et l'évolution humaine*. Introduction géographique à l'histoire. Paris: éditions Albin Michel. (L'évolution de l'humanité. Synthèse collective dirigée par Henri Bers)

George, Pierre. (1983). *Geografia urbana*. São Paulo: Difel.

Guerra, Antônio Teixeira. (1987). *Dicionário geológico-geomorfológico*. 7.ed. Rio de Janeiro.

LA DOCUMENTATION FRANÇAISE. (oct. 1999). Ville et environnement. De l'écologie urbaine à la ville durable. *Problèmes politiques et sociaux*, n.829.

Lins, Rachel Caldas. (1982). Alguns aspectos

- originais do sítio urbano do Recife. In: Andrade, Manuel Correia de (org.). *Capítulos de geografia do Nordeste*. Recife: União Geográfica Internacional/Comissão Nacional do Brasil.
- Lins, Rachel Caldas. (1986). Efeitos sociais da degradação dos rios do açúcar do Nordeste do Brasil. In: Jatobá, Lucivânio (org.) *Estudos nordestinos de meio ambiente*. Recife: editora Massangana.
- Melo, Mário Lacerda de. (1978). *Metropolização e subdesenvolvimento - o caso do Recife*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Editora Universitária.
- Melo, Mário Lacerda de (1986). O meio ambiente em áreas metropolitanas – o caso do Recife. In: Jatobá, Lucivânio (org.) *Estudos nordestinos de meio ambiente*. Recife: editora Massangana.
- Menezes, José Luiz Mota (org.) (1988). *Atlas histórico-cartográfico do Recife*. Recife: Editora Massangana.
- Passet, René. (2002). *A ilusão neoliberal*. Rio de Janeiro: Record.
- Rivière D'Arc, Hélène & Schneier, Graziella (org.) (1993). *L'Amérique du Sud aux XIXe et Xxe siècles: héritages et territoires*. Paris: Armand Colin.
- Santos, Milton. (1997). *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp.
- Smith, Neil. (1988). *Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Sorre, Max. (1957). *Rencontres de la géographie et de la sociologie*. Paris: Librairie Marcel Rivière e Cie. (Série A: Auteurs contemporains)
- Villaça, Flávio. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute.
- Wettstein, German. (1992). *Subdesenvolvimento e geografia*. São Paulo: Contexto. (Caminhos da geografia)
- Yáziqi, Eduardo. (2001). *A alma do lugar. Turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto.